

PORQUE ESTAVA RUTH FIRST EM MOÇAMBIQUE?²⁵

Bridget O'Laughlin

Introdução

Mais de trinta anos após o assassinato de Ruth First no seu gabinete no Centro de Estudos Africanos (CEA), ainda há interesse pelo seu trabalho em Moçambique. Alguns, perplexos, perguntaram porque teria ela deixado a posição que tinha na Universidade de Durham e a sua casa em Londres para vir para Moçambique. O que a poderia ter puxado para aqui? Ironicamente, esta questão foi levantada por advogados de defesa durante o meu testemunho à Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC, sigla em inglês), na audiência a propósito do pedido das filhas de Ruth para que fosse recusada a amnistia aos organizadores do seu assassinato.²⁶ Os advogados argumentaram que Ruth First era um alvo legítimo porque teria apoiado a luta armada sul-africana enquanto vivia em Moçambique. Não aceitaram a minha insistência em que ela estava quase totalmente absorvida pela sua investigação e as aulas no CEA, e que estava muito preocupada em garantir que o seu trabalho no CEA não fosse politicamente comprometido por acusações de envolvimento com a luta armada do ANC.

Mesmo para alguns observadores da academia, a dedicação de Ruth First a Moçambique parecia anormal, quase picaresca. Porque haveria alguém como Ruth, uma militante da luta contra o *apartheid* e comunista desde sempre, mas

25 Este texto foi originalmente publicado em língua inglesa com o título "Why was Ruth First in Mozambique?". DEP n.º 26. 2014: 26-41. Agradecemos aos editores de DEP e à autora, pela autorização para a sua publicação em língua portuguesa. O texto foi traduzido por António Roxo Leão e editado pelos organizadores deste livro.

26 Ver a transcrição da *Amnesty Hearing Date: 22nd February 1999, "Truth and Reconciliation Commission Archives"*: http://www.justice.gov.za/trc/amntrans%5C1999/9902220304_pre_990222pt.htm.

também uma intelectual cosmopolita e autora de reputação internacional, reduzir-se a uma posição num instituto de investigação recentemente criado, numa pequena universidade de um país empobrecido, recém-independente como Moçambique (especialmente, um país que subseqüentemente se tornará um favorito do Banco Mundial)? Nesta comunicação, gostaria de questionar algumas das respostas que foram dadas a esta pergunta antes que se tornem referência numa nova geração de livros e teses sobre marxismo, comunismo e ciências sociais na África Austral. Há duas respostas que me parecem particularmente enganadoras. A primeira é que Ruth First se encontrava em Moçambique para estar fisicamente mais perto da luta de libertação na África do Sul. A segunda é que ela encontrou um terreno onde podia aplicar as ortodoxias dogmáticas do marxismo patrocinado pelo Estado para a organização do ensino e da pesquisa em ciências sociais.

Tenho consciência de que as minhas respostas a estes argumentos serão, e deverão ser, inevitavelmente contestadas. Trabalhei como investigadora e professora no CEA sob a direcção de Aquino de Bragança e Ruth First (e, após a morte de ambos, sob a direcção de Sérgio Vieira, então uma figura ortodoxa). Reconheço que mesmo colegas e camaradas, para não mencionar observadores académicos do passado, não vêem as coisas com os mesmos olhos que eu. No entanto, penso que há relatos melhores e piores da realidade desses tempos que são importantes para perceber a maneira como hoje pensamos a política de investigação social na África Austral. Para aprender do passado, é necessário recordá-lo. Em discussões mantidas no CEA hoje em dia, a memória é frequentemente distorcida. Começarei, assim, por um breve esboço histórico do contexto em que Ruth First trabalhou em Moçambique, em finais da década de setenta e início da de oitenta.

O efeito incerto do esboroamento da ordem imperial

Os marxistas são frequentemente criticados por confundirem irreversibilidade com inevitabilidade, mas essa confusão é um erro mais generalizado. As ocupações coloniais estavam rapidamente a chegar ao fim no período que se seguiu aos finais da II Guerra Mundial, mas os processos eram incertos, irregulares e diversificados nos seus efeitos.²⁷ A maior parte das colónias da África sub-sahariana tiveram as suas independências reconhecidas até meados da década de sessenta, mas o regime fascista em Portugal recusou-se a seguir as outras potências coloniais e fez frente a movimentos armados de libertação até aos anos setenta. Os principais países capitalistas eram cautelosos no seu apoio a mudanças na ordem imperial, preocupados que estavam em não

27 Ver a obra de Frederick Cooper (2009), sobre a contingência do processo de descolonização em África. Bridget O'Laughlin DEP n. 26 / 2014 28 colonialismo na África Austral.

perder o acesso aos recursos naturais e à sua posição estratégica. Na África Austral, eles estavam particularmente relutantes em contribuir para qualquer desestabilização do regime do *apartheid* na África do Sul, tolerando, assim, a Declaração Unilateral de Independência (UDI) da Rodésia do Sul, apoiando a continuação do mandato sul-africano na Namíbia e aceitando novos assentamentos de colonos portugueses em Moçambique e Angola. O fim do colonialismo português, em 1974, não resultou da pressão ocidental para a reforma; foi antes o resultado de um misto de sucessos das lutas de libertação e do fim do fascismo em Portugal com a revolução de 1974. Nessa altura, nem o fim da UDI nem o do *apartheid* eram claramente previsíveis.

Os movimentos de libertação nacional encontraram melhor apoio nos países socialistas do que no Ocidente (embora os grupos de apoio à libertação tivessem impacto nas políticas do Estado nos países nórdicos e na Itália) e a liderança acabou por vir a ser dominada por socialistas em muitos movimentos nacionalistas. Eles viram e negociaram a sua via entre uma gama de experiências socialistas divergentes - a União Soviética, a Europa do Leste, a China, Cuba, Argélia, o Ghana de N'Krumah, a Tanzânia do período Ujamaa. Os movimentos de libertação encontraram *fóruns* onde podiam apresentar as suas razões - principalmente as Nações Unidas e as reuniões do Movimento dos Não-Alinhados. Inspiraram-se na tomada de Saigão em 1975.

A cisão entre a China e a URSS significou que a maior parte dos movimentos teve de escolher entre os dois. A aliança do ANC e do *South African Communist Party* (SACP) manteve-se com a URSS. O *Zimbabwe African National Union* (ZANU) de Mugabe escolheu a China, enquanto o *Zimbabwe African's People Union* (ZAPU) ficou com a URSS. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recusou-se a escolher, mas essa recusa enfraqueceu o apoio que recebia da URSS. Uma vez no poder, a FRELIMO anunciou que se estava a transformar de frente nacional em partido marxista-leninista, mas, claro, essa decisão não transformou, por nenhuma arte mágica, a consciência dos seus membros, a sua organização institucional nem a forma como era vista internacionalmente. Houve quem viesse trabalhar para Moçambique vendo o país como a terra prometida do socialismo, mas, para Ruth First e a maior parte daqueles com quem trabalhou, este era antes, um espaço revolucionário de resultados importantes, apesar de incertos.

Apesar desse cuidado, havia um sentido de distinção, de raro e exclusivo, uma casta milenar na vida quotidiana, um sentimento no CEA e entre muitos em Moçambique de que se estava a viver um tempo revolucionário, um momento em que os acontecimentos podiam mudar rapidamente entre aquilo que havia sido, para o que as pessoas podiam fazer e dizer e até imaginar coisas

que teriam sido impossíveis poucos anos antes.²⁸ Os estivadores despiam as suas fardas de trabalho e vestiam as suas roupas normais de passeio, a meio da jornada de trabalho para um intervalo para aulas, jovens estudantes iam para as zonas rurais em campanhas de alfabetização ou vacinação, trabalhadores manuais, serventes e gerentes, médicos, enfermeiras e pacientes tratavam-se por camaradas, os vizinhos juntavam-se para recolher o lixo nas ruas, os artistas pintavam imagens de operários e camponeses nas paredes da cidade. Os Conselhos de Produção mantiveram o processamento rural e as fábricas urbanas em funcionamento, embora os seus donos e administradores já tivessem partido. Mulheres rurais e urbanas levantavam-se nas reuniões e criticavam os responsáveis (na verdade, principalmente homens) por não prestarem atenção às suas opiniões.

Ideias grandes e pequenas eram tomadas por empréstimo de todas as tradições socialistas: campanhas de melhoramento (como matar moscas) inspiradas em Mao Tsé Tung, grupos dinamizadores baseados nos comités de bairro cubanos, o Primeiro de Maio coreografado dos norte-coreanos, mulheres a conduzir autocarros e tractores como nos soviets, etc. O Presidente Samora Machel anunciaria uma nova palavra de ordem num discurso radiodifundido e, por todo o país, as pessoas interpretariam de maneira diferente o seu significado e, por vezes, reagir-lhes-iam de formas contraditórias. Esta casta milenar era igualitária, mas não necessariamente socialista. Mais tarde, quando a expectativa se transformou numa desesperada espera pelo fim da guerra, li a descrição de Robert Darnton (1989) das ruas de Paris durante a revolução francesa e lembrei-me do sentido de comunidade e de possibilidade da cidade de Maputo de dias mais recuados.

O estado de espírito era expectante, mas não eufórico. Nós vimos uma oposição concertada à revolução socialista na África Austral e, por isso, também vivíamos com um sentido de insegurança, conflito e contradição. Encontrar comida era uma luta permanente, mas a vida de todos os dias em Maputo era muito segura, as ruas cheias de gente à noite, voltando das aulas nocturnas. Até 1983, movimentávamo-nos livremente pelas zonas rurais, realizando as nossas pesquisas em quase todas as províncias. Preocupávamo-nos em saber se conseguiríamos alimentar os investigadores e devolvê-los a tempo à procedência, mas não [nos preocupávamos] com a violência. A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), então referida pelo seu acrónimo em inglês, MNR, e, mais tarde, como “os bandidos”, actuava principalmente nas regiões próximas da sua base de apoio na então Rodésia. O exército rodesiano atacava áreas suspeitas de apoiar a ZANU e bombardeava infra-estruturas

28 Esta secção foi adaptada de um esboço de comunicação a uma conferência, em 2011: “Políticas da produção: falta de mão-de-obra e revolução socialista nas machambas estatais em Moçambique”.

moçambicanas. Os sul africanos faziam ataques aos abrigos secretos do ANC em Maputo e lançavam aviões telecomandados sobre a cidade. Havia soldados moçambicanos e milícias populares por todo o lado (embora geralmente desarmadas). Grande parte dos *media* americanos e europeus mostravam reportagens críticas misturando factos e fantasia sobre os abusos da FRELIMO e desilusões. A força da oposição externa estava subjacente à nossa relutância em divulgar em publicações internacionais os nossos próprios comentários críticos às políticas da FRELIMO.

O nosso sentido de estarmos a viver um período de importância histórica fundamentava-se nas lutas políticas em curso na região.

Sentíamos que fazíamos parte do fim do colonialismo, não apenas em Moçambique, mas em África, o fim de um sistema de injustiça racial em que o lugar onde uma pessoa vivia, a escola que frequentava, o tipo de trabalho que tinha, o tipo de assistência médica a que tinha acesso, como era atendida numa loja - tudo dependia da cor da pele. Não pensávamos que este processo de mudança seria suave. Os próprios movimentos políticos se armaram para contestar o colonialismo no Zimbabwe e na Namíbia, e o *apartheid* na África do Sul. Afirmámos, embora, talvez com dúvidas individuais, que o último não seria possível com o capitalismo - que seria necessária uma mudança socialista revolucionária. Quando indagado sobre quando chegaria essa revolução, Joe Slovo, um dirigente do SACP e, na altura, comandante da ala militar do ANC, brincava: "Tal como disse há cinco anos, penso que serão precisos uns cinco anos". No entanto, muitos achavam - talvez acreditassem mesmo - que a história estava do nosso lado.

Ruth First não era essencialmente romântica (ela organizava, mais do que esperava), mas, para ela, nesse momento havia duas possibilidades fundamentais em que fundamentava a sua dedicação a Moçambique: a ruptura com o capitalismo na África Austral e levar a análise investigativa além da oposição à construção de alternativas socialistas. Ela trabalhou com afinco para levar avante ambas as possibilidades; o seu cometimento derivava da existência de uma base política para a acção colectiva.

Possibilidade revolucionária no quadro de um "sistema" da África Austral

Após a independência, a recém-criada universidade colonial foi rebaptizada Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o nome do primeiro presidente da FRELIMO. Grande parte dos integrantes das faculdades da universidade

colonial partiu. Deu-se então, prioridade a programas que se pensava que iriam contribuir para o desenvolvimento: formação de professores, engenharias, medicina, agronomia, direito e economia. As disciplinas consideradas menos importantes para o desenvolvimento não estavam disponíveis. A faculdade de marxismo-leninismo preencheu o espaço das ciências sociais. A maior parte dos professores estrangeiros vinham ao abrigo de acordos com países socialistas; os dos países ocidentais eram normalmente aprovados por movimentos de solidariedade. De início, os estudantes não tinham o direito de se pronunciarem sobre o que queriam estudar, embora essa política já tivesse sido abandonada na altura em que eu cheguei, em 1979.

Durante os anos em que Ruth First esteve no CEA, João Paulo Borges Coelho, um académico e escritor moçambicano, trabalhava num dos nichos inconvencionais da universidade, um projecto experimental de tecnologias alternativas criado pelo artista e poeta iconoclasta António Quadros. Coelho apresentou recentemente uma visão aprofundada do contexto em que trabalhávamos - uma universidade em reorganização e rápido crescimento, um lugar de grande polémica e empolgante. A sua absorvente memória, porém, inclui alguma especulação inexacta quanto às razões porque Ruth First teria vindo para Maputo:

Atrevo-me a dizer que Ruth First aceitou o convite para vir para Moçambique porque estaria mais perto do seu país e poderia dirigir com mais eficácia o trabalho iniciado no que penso ter sido conhecido como Núcleo de Estudos da África Austral, uma espécie de observatório da evolução geopolítica e económica da região, e da África do Sul em particular - se fosse necessário, prestar apoio académico ao ANC (Coelho 2008: 504).

Coelho confundiu aqui os motivos da vinda de Ruth First para Moçambique. Ela não estava em Moçambique para estar mais perto do seu país; ela veio porque pensou que pertencia à África Austral. Claro que entendia que havia especificidades históricas e divisões políticas na região, mas pensou e trabalhou (e martelou-nos isso e repisou-nos com essa ideais) com o conceito de uma África Austral como “sistema”²⁹ regional forjado historicamente numa forma distinta de produção capitalista fundada no trabalho migratório, na concentração de capital na África do Sul e num dualismo político baseado na raça. Ela sabia que a maior parte dos sul-africanos e moçambicanos não pensavam a região dessa maneira, mas parte da sua missão era explicar por

29 Deixei o termo “sistema” entre aspas porque é um conceito que deixou de ser usado livremente em ciências sociais. O conceito é criticado por reflectir uma integração funcional em processos que, a realidade, estão a mudar historicamente, que é contingente e contraditório. Porém, eu ainda argumentaria que ele capta a durabilidade histórica da interdependência estrutural que ainda deve ser tomada em consideração na África Austral nos dias que correm.

que razão um projecto revolucionário duradouro dependia da compreensão desta questão. A consolidação de um processo revolucionário em Moçambique melhoraria as possibilidades de uma revolução socialista na região como um todo e na África do Sul em particular. Pelo contrário, o fracasso da revolução moçambicana atrasaria as possibilidades de revolução na região. Estas posições eram e continuam a ser questionáveis.

O relato de Coelho também é factualmente impreciso quanto à sequência e à prioridade das actividades de Ruth First no CEA. Tal como ele anota, a sua primeira colaboração com o CEA foi sobre *O Mineiro Moçambicano*, cujo enfoque não era a África do Sul mas o impacto do trabalho nas minas sobre a economia rural moçambicana (e, daí, as possíveis consequências da sua suspensão). Quando ela deixou o seu trabalho em Durham para ocupar a posição permanente de directora de investigação do CEA, o enfoque do seu primeiro esforço foi Moçambique: fazer funcionar o Curso de Desenvolvimento. O Curso de Desenvolvimento foi influenciado pela experiência que Ruth First e outros investigadores do CEA³⁰ trouxeram com eles da Universidade de Dar-Es-Salaam, onde os estudantes e os professores, em conjunto, fizeram uma importante investigação sobre a economia política da Tanzânia, onde as experiências de outros lugares de África eram discutidas e onde havia um debate acurado sobre economia política.

O Curso de Desenvolvimento do CEA foi vagamente definido como um diploma de pós-graduação, mas recrutou estudantes que eram igualmente trabalhadores e que chegavam com diferentes níveis de qualificação. Os projectos de investigação inseridos no curso focavam principalmente a estratégia da FRELIMO para a socialização das zonas rurais, olhando as relações entre machambas estatais, cooperativas e agricultura familiar (ver Apêndice para uma lista dos projectos integrados no Curso de Desenvolvimento). O curso tinha vários módulos, um dos quais focava a economia política da África Austral cuja última secção focava a economia política da África do Sul. Os outros lidavam com a teoria marxista da economia política (deliberadamente ensinada de uma maneira diferente da praticada pela direcção soviética e da Alemanha Democrática (RDA) da Faculdade de Economia), com a economia política de África e com a economia política de Moçambique. Ruth First preocupava-se particularmente em familiarizar os estudantes com os debates em torno do desenvolvimento em África e em localizar a região no âmbito da história de África. O tipo de excepcionalismo notado por Mahmood Mamdani também interessava a Ruth; ela notou-o não só nos sul-africanos, mas também em muitos intelectuais moçambicanos.

30 Entre o restante pessoal e colaboradores do CEA que trabalharam na Universidade de Dar-Es-Salaam contavam-se Colin Darch, Jacques Depelchin, Anna Maria Gentili, Dan O'Meara, Phil Raikes, Wolfgang Scholler, David Wield e Marc Wuyts.

O Núcleo de Estudos da África Austral só foi posto em funcionamento depois de o Curso de Desenvolvimento estar a funcionar bem. Esse nunca foi particularmente prioritário para o trabalho de Ruth First; ela estava focada no funcionamento do CEA como um todo. A noção de um observatório regional era, na verdade, tão importante para o nosso director, Aquino de Bragança, quanto o era para Ruth First. Ele tinha dirigido o estudo do CEA sobre a luta pelo Zimbabwe, em que Immanuel Wallerstein esteve envolvido, e tinha uma vasta rede de contactos regionais com quem comunicava. O CEA estava envolvido em várias iniciativas regionais. Após a independência do Zimbabwe, em 1980, por exemplo, reunimos com um grupo de economistas da Universidade do Zimbabwe sobre um projecto regional de transportes. Participámos no primeiro encontro, no Lesotho, sobre uma rede regional de investigação montada para apoiar a iniciativa da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (agora Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC). Tanto Aquino como Ruth estavam preocupados em que o trabalho do CEA conferisse aos moçambicanos um melhor entendimento do seu lugar no contexto da África Austral.

Prestar apoio académico ao ANC também não era uma preocupação central na motivação de Ruth First ao vir para Maputo, nem das suas actividades quotidianas no CEA. Uma vez criado o Núcleo de Estudos da África Austral e em funcionamento (Rob Davies esteve lá desde o início, tendo Dan O'Meara chegado mais tarde), Ruth recrutou dois promissores quadros do ANC para trabalharem como estagiários. Enquanto esteve em Moçambique, Ruth também trabalhou em programas de educação política de quadros do ANC. Lembre-se, porém, que o seu marxismo era visto como pouco ortodoxo por muitos do SACP;³¹ ela não tinha carta-branca para reformar a educação política do ANC. Por um acordo entre a FRELIMO e o ANC, todos os sul-africanos que viessem trabalhar para Moçambique tinham de ser aprovados pelo ANC, mas Ruth desafiou essas imposições. Demorou muito (e muitas discussões acesas), por exemplo, até ela acabar por desistir de tentar convidar o historiador trotskista iconoclasta sul-africano Martin Legassik para o CEA. Parte da sua preocupação em preparar os quadros do ANC para lutarem com o mundo em que viviam, em vez de com alguma construção ideológica imaginária, era que não bastava que eles passassem por Moçambique, era preciso que entendessem a relação da África do Sul com Moçambique e a região. Em sentido inverso, ela pensava igualmente que Moçambique precisava de perceber que o *apartheid* era mais que um sistema de discriminação racial que ficava dentro das suas próprias fronteiras.

31 Oiça a entrevista de Don Pinnock a Joe Slovo sobre este assunto (acessível em: <http://patriaschonstein.bookslive.co.za/blog/2012/05/13/don-pinnock-and-the-ruth-first-interviews/>)

A questão do posicionamento regional da África do Sul continua a ser uma área de pouco debate entre os sul-africanos em geral e, principalmente, no quadro da aliança tripartida por trás do actual governo do ANC. Nos primeiros anos pós-*apartheid*, havia algumas organizações de solidariedade que reconheciam a dívida histórica da África do Sul para com os países da região, pelo seu apoio na luta contra o *apartheid*. Porém, há muito que as considerações morais da solidariedade foram apagadas pelo agravamento do seu próprio problema de desemprego estrutural de longo-prazo. Num tempo de eclosões violentas de xenofobia, a resposta do ANC tem sido lenta e muitas vezes ambígua, tanto a nível nacional como a nível das comunidades. As organizações de direitos humanos foram mais militantes nas suas respostas do que os sindicatos ou o SACP. Para além disso, uma dependência teórica continuada das retóricas das fases revolucionárias, fundamenta uma tendência acrítica relativamente ao capital nacional e às supostas necessidades da “globalização”. A COSATU continua dependente de uma força de trabalho industrial formal cada vez mais reduzida. Não existe suficiente questionamento dos tipos de reestruturação empresarial que subjazem à casualização, à perda de benefícios formais e ao crescimento da subcontratação de mão-de-obra migratória na África do Sul e na região. Estes processos e as suas consequências políticas seriam hoje questionadas por Ruth First.

Tanto Aquino como Ruth nos repetiam constantemente que descobrir uma boa questão era mais importante para a pesquisa do que encontrar a resposta. Nenhum dos dois pensava que qualquer das questões ou respostas pudessem ser lidas a partir de um *corpus* fixo de teoria marxista. Ruth via o marxismo como uma poderosa forma de análise crítica e evolutiva para abordar as especificidades da luta socialista em diferentes tempos e lugares. Ruth era inquestionavelmente marxista. A maneira como ela entendia o ser marxista mudou com o tempo, de maneiras que não eram consideradas aceitáveis por muitos comunistas (incluindo os seus próprios pais), fossem os alinhados com a Terceira Internacional ou os da Segunda. Hoje em dia, porém, no mundo pós-soviético, a crítica é menos estridente mas talvez mais humilhante. Existe uma corrente na literatura académica que a acusa de dogmatismo marxista. Diz-se que a sua pesquisa em Moçambique ficou ideologicamente comprometida pelo seu envolvimento com as instituições do Partido-Estado FRELIMO.

O mais proeminente crítico contemporâneo do marxismo de Ruth First é Boaventura de Sousa Santos (2012) que enfatizou a sua ortodoxia dogmática e se empenhou em definir o contraste entre a posição de Ruth First e a mais flexível posição do nosso director Aquino de Bragança.³² Santos é importante

32 O seu artigo também contrapõe repetidamente a orientação da investigação do CEA sob a direcção de Ruth à posição mais crítica pós-modernista que ele implementou no CES, no Portugal pós-revolucionário.

pelo seu trabalho, quer como teórico dos movimentos sociais quer como pela sua influência particular entre intelectuais de Moçambique pós-socialista contemporâneo. Ele retira um exemplo do dogmatismo de Ruth de um editorial que ela escreveu (First, 1980) para o primeiro número da *Estudos Moçambicanos*, a revista semestral do CEA, que ela criou e editou (incluindo a nada fácil tarefa de arranjar o papel para a sua impressão), por forma a apresentar investigação original sobre Moçambique em língua portuguesa³³ para uma vasta audiência moçambicana. Segundo Sousa Santos:

O editorial de Ruth First afirma uma total confiança epistemológica teórica-marxismo que, entretanto, depois do III Congresso da FRELIMO em 1977, se transformara na doutrina oficial da libertação nacional, do novo estado e da nova sociedade em construção (Boaventura de Sousa Santos 2012: 31).

Li e reli o editorial muitas vezes, apenas para tentar ver onde Sousa Santos terá fundamentado a afirmação que seria tão inconsistente com a minha própria experiência da abordagem crítica de Ruth First ao marxismo. Não a consigo encontrar.

Sousa Santos transporta a sua acusação ao marxismo rígido de Ruth First para a sua interpretação distorcida das tensões que vieram à superfície na conferência de ciências sociais patrocinada pela UNESCO na UEM, organizada por Ruth First à revelia do Reitor, na véspera da sua morte. Sousa Santos, que não esteve presente, afirma que a crítica de John Saul ao dogmatismo explícito ou implícito em muitos estudos marxistas provocou uma confrontação com Ruth First. Sousa Santos acrescenta (2012: 37) que John Saul terá mais tarde afirmado que:

(...) o modelo de investigação dominante no CEA tende a reproduzir um modelo verticalista, top-down, mesmo se o topo é um topo revolucionário” (Saul 1985: 190), não está imune à distância entre liderança e massas e à auto-censura do investigador.

A autocensura e a distância dos movimentos de massas são certamente preocupações relevantes sobre o funcionamento do CEA, mas a referência bibliográfica fornecida por Sousa Santos refere-se a uma colecção editada por Saul sobre a transição para o socialismo em Moçambique (Saul, 1985). A página citada (p.190) pertence à contribuição de Judith Marshall e não contém nenhuma referência à pesquisa do CEA. Assim como não consegui encontrar nenhuma descrição relativa à investigação do CEA na introdução de Saul ao livro.

33 Os primeiros quatro números da revista foram subsequentemente traduzidos para inglês.

Nesta comunicação à conferência, Saul reflectia sobre o ano que passou em Moçambique, a convite do seu amigo Jorge Rebelo, na altura secretário do trabalho ideológico do Partido FRELIMO, tentando trazer algum ar fresco ao ensino do marxismo na Faculdade de Marxismo-Leninismo. Embora Luís de Brito fosse o relutante director da faculdade,³⁴ a maior parte do pessoal de ensino era proveniente da RDA. A enorme clivagem ideológica na Universidade, nessa altura, era entre a abordagem soviética ao marxismo e o grupo variegado dos “marxistas ocidentais”, entre os quais se encontravam alguns colaboradores do CEA. É preciso recordar a rigidez do Partido Comunista Português dirigido por Álvaro Cunhal e a influência que nesses dias tinha entre alguns estudantes e professores da UEM. Aquino e Ruth perdiam muito pouco tempo a discutir os aspectos sensíveis das suas diferentes abordagens ao marxismo. Eles estavam demasiado ocupados com a negociação da autonomia da investigação do CEA e a proteger-nos das acusações de agitação contrarrevolucionária. Esta expressão pode parecer bizarra, hoje em dia, mas nós éramos violentamente acusados de sermos “amantes dos camponeses”, determinados em manter Moçambique num estado de subdesenvolvimento, por insistirmos, na nossa investigação rural, em que a socialização da produção tinha de ser fundida nas formas reais de subsistência nas zonas rurais.

Havia de facto tensão na conferência de 1982, mas as suas raízes não se encontravam em divergências de abordagem pouco importantes entre marxistas “revisionistas”. O centro regional de ciências sociais financiado pela UNESCO estaria para ser transferido do então Zaire para outro lugar. Um influente grupo de moçambicanos estava a negociar para que o centro fosse hospedado na UEM. Ruth First pensava que isso era errado, que a inevitável confrontação com a aliança soviético-alemã democrática, que então controlava o ensino das ciências sociais e económicas na UEM destruiriam iniciativas alternativas tais como o CEA. Na sua apresentação à conferência, ela argumentava que era prematura a criação de um centro regional de ciências sociais em Maputo. A delegação moçambicana virou-se contra ela, o que a magoou - ela achara que Aquino de Bragança viria em apoio ao pedido dela de adiamento. Estaria certa ou errada? Na terça-feira seguinte, seria assassinada por uma carta bomba deixada no seu gabinete no CEA, pelo que essa questão ficou sem resposta.

Numa versão anterior a este ensaio, apresentada em Maputo a uma conferência em honra de Aquino de Bragança, Sousa Santos citou Immanuel Wal-

34 Luís de Brito, na altura membro do Partido FRELIMO, tinha recebido ordens do Reitor e da Célula do Partido na UEM para aceitar o posto. Esperava-se que ele moçambicanizasse de alguma forma o ensino do marxismo-leninismo. Brito acabou por se demitir pouco mais tarde e viu-lhe recusado um posto alternativo na universidade. Então, durante a Operação Produção, foi mandado para uma machamba estatal no Niassa por estar desempregado.

lerstein, que tinha estado presente na conferência de 1982, como tendo sido a sua fonte para a interpretação dos conflitos da conferência. Isso pareceu-me improvável, pelo que escrevi a Wallerstein para me certificar - a resposta que me dirigiu por correio electrónico incluía a seguinte opinião generosa e historicamente fundamentada sobre a relação de Ruth First com o marxismo e o comunismo:

Ruth não era de forma alguma uma marxista tradicional “ortodoxa”. Na verdade, lembro-me claramente de, nessa reunião, ela desabafar violentamente comigo depois da intervenção de um participante moçambicano ultraortodoxo (não me lembro de quem era). Ela disse-me qualquer coisa do género: “Vês o que tenho de aturar?”. Penso que Ruth se considerava uma comunista (com cé pequeno). E continuou a ser, até onde sei, membro do SACP e do ANC, mas muito independente. Assim, no fim de contas, foi Joe [Slovo, seu marido] quem engenhou uma mudança muito importante na linha do SACP. O que se pode dizer é que por muito tempo, e certamente desde 1956 (por causa do Suez, Hungria e, acima de tudo, do discurso de Khrushchev ao vigésimo congresso do Partido Comunista da União Soviética), todo o mundo de marxistas e intelectuais marxizantes tem estado em turbulência e evolução intelectual. Para descrever o pensamento de qualquer deles - Aquino ou Ruth - seria preciso perguntar a que ano nos referimos? Toda a gente estava a evoluir - para uma versão revista do marxismo, simplesmente distanciando-se do marxismo, etc.

Suponho que, num contínuo de visões do mundo, desses do CEA em 1982, Ruth era um pouco mais “marxista” do que Aquino. Mas estou segura de nunca ter sentido que ela mantinha distância de mim ou do meu projecto com Aquino. Aliás, tratava-se de um projecto do Aquino e ela não ia interferir. Senti-me perfeitamente à vontade com ela e penso que ela comigo. Ruth tinha estado em Binghamton e tinha ficado connosco. E tudo foi extremamente amigável - tanto a título pessoal como intelectual (Immanuel Wallerstein, correspondência pessoal, 31 de Maio de 2011).³⁵

O ponto que Wallerstein aqui marca sobre a relação de Ruth e Joe com o SACP e o ANC é que a luta política tem lugar em discussões entre camaradas em movimentos sociais, tal como em confrontações com opositores. Isto é um problema para os movimentos sociais contemporâneos na mesma medida em que o foi para os que trabalhavam no âmbito dos partidos comunistas altamente disciplinados alinhados com o Comintern, embora as questões, os termos e as penalizações defiram. Pertencer a uma organização significa encontrar uma base de unidade com muitas pessoas cuja visão sobre muitos

35 Mantive a não capitalização do e-mail de Wallerstein para manter o estilo informal do texto.

assuntos não corresponde exactamente à de cada um. A própria prática de luta leva a aprender, a debater, a mudar de posição. Ruth desafiava constantemente os limites, arriscando ser expulsa, mas não se punha do lado de fora das instituições organizadas do movimento *anti-apartheid*. Infelizmente, não existem critérios fixos, infalíveis, para determinar quando um movimento revolucionário se transformou definitivamente no seu oposto, nem para prever se isso acontecerá ou não.

A distinção entre teleologia e estratégia

Nas suas aulas no CEA, Ruth First dava importância particular à análise enquadrada pela teoria na estratégia política. Ela reagia aos muitos documentos da FRELIMO da altura, que apresentavam longas listas de objectivos mas que não definiam de maneira nenhuma como esses poderiam ser alcançados no contexto existente. É importante lembrar que a maior parte dos nossos estudantes eram quadros médios da FRELIMO que trabalhavam em instituições do Governo ou do partido, envolvidos na redacção desses documentos de políticas. Alguns académicos de hoje vêem como teleológica a preocupação de Ruth com a formulação de estratégias para alcançar objectivos socialistas.

Barbara Harlow escreve sobre a literatura da resistência. Ela escreveu favoravelmente e com perspicácia sobre a vida e a obra de Ruth First (Barbara Harlow 2002; 2004; 2011) e está presentemente a trabalhar numa biografia intelectual de Ruth First. Naquilo que publicou até ao momento, fica claro que ela se sente algo desconfortável com a preocupação de Ruth com a estratégia. Uma versão anterior do artigo de 2011, apresentada ao Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Sociais, na África, era explicitamente intitulada "*A Teleological Problematic: Ruth First to/from Dar es Salaam and Maputo*". A distinção que Ruth estabelecia entre crescimento e desenvolvimento nas suas notas de aula e exames preocupa-a. Ela também se refere (Harlow 2011: 60 - 61) à crítica de Aquino de Bragança e Jacques Depelchin (1986) à maneira teleológica como a História da FRELIMO foi escrita pelo próprio partido. Vejamos atentamente o que eles dizem:

Ao nível das reflexões e análises da vitória da luta armada, os textos são dominados pela problemática teleológica. Isto quer dizer que a prova da vitória está na própria vitória e que, portanto, não há necessidade de introduzir novas questões que coloquem esse facto em dúvida... Por outras palavras, apesar do facto de os líderes da FRELIMO terem sugerido que havia limites à sua vitória, os historiadores dessa vitória preferiram focar-se na vitória e não nos problemas que "ficaram pendentes" da luta armada (Aquino de Bragança e Jacques Depelchin 1986: 166).

Resumindo, Bragança e Depelchin não estavam a falar sobre o trabalho do CEA sob a liderança de Ruth First, mas sublinhando a tendência de alguns historiadores da revolução moçambicana para confundirem irreversibilidade com inevitabilidade. Ao nível da mobilização popular, é encorajante dizer “A Vitória é Certa”, embora, na verdade, ela não seja certa de forma alguma, talvez, retrospectivamente nunca alcançada de todo. Isto é uma crítica da explicação teleológica, a crença em que o presente é simplesmente a materialização daquilo que tinha de acontecer.

Porque junta Harlow a questão da teleologia a uma avaliação da investigação de Ruth First no CEA, fica mais claro depois da discussão que ela faz das referências de Harold Wolpe (1985) ao CEA, no seu ensaio sobre a questão do papel político dos intelectuais e do trabalho intelectual nas lutas de libertação. Wolpe observa que é claro que, no trabalho de oposição, o Estado tenta controlar a investigação crítica e fundamental, mas também os próprios movimentos de libertação suspeitam da crítica interna. Ele usa o caso do CEA para levantar a questão, se os intelectuais devem restringir a sua pesquisa e os seus escritos a problemas práticos e outros definidos pelo partido e o Estado, a partir do momento em que um movimento toma o poder. Ela observa que a posição do CEA sobre este aspecto é algo ambígua (na verdade, evitávamos fazer declarações de princípio sobre esta questão), mas tentava manter a crítica enquanto abordava os problemas reais lançados pelo processo de transformação. Ele marca o importante ponto de que este processo, pelo qual as prioridades são definidas a um nível político, é colectivo e não individual. O CEA materializou esta abordagem através da realização de uma investigação que começava pela política da FRELIMO e terminava questionando essa política - por exemplo, em relação à colectivização da agricultura e a política do desenvolvimento industrial em grande escala, para mencionar apenas duas áreas (Wolpe, 1985: 76).

Ao resumir a reflexão de Wolpe, Harlow (2008:75) observa:

“Viagens, objectivos, metas, produtos, luta. Na verdade, uma problemática teleológica”. Na verdade, não, diria eu. Harlow elaborou erradamente a base sobre a qual Ruth First definia a sua relação com a luta colectiva, quer em oposição ao ANC e ao SACP, quer como directora de investigação do CEA. Em nenhum dos casos ela pensava que a organização merecia a sua lealdade para que isso assegurasse a realização final de algum tipo de realidade socialista. Antes, existia uma base para a luta, a unidade colectiva em torno de questões centrais e a capacidade de aprender com a investigação crítica. Ela não pensava que houvesse qualquer tipo de garantia de que a FRELIMO ou o ANC (ou o SACP) permanecessem na “via socialista”. Invocar a metáfora de uma viagem era reconhecer a importância da estratégia - a transformação socialista era um processo que começava com as diversas realidades existentes, não com a decisão de implementar um conjunto determinado de instituições.

A importância dos processos colectivos na política socialista fez com que distinguir o antagonismo da crítica fosse uma questão tortuosa numa democracia organizacional. Certamente que na África do Sul haverá hoje membros do SACP que se interrogam sobre se fazem parte da aliança no Governo. A mais frouxa organização horizontal dos novos movimentos sociais evita alguns dos dilemas das cisões, mas poder-se-ia argumentar que os movimentos "Occupy" não conseguiram continuar porque não chegavam a acordo sobre as respostas, ou talvez mesmo sobre a necessidade de colocar a questão estratégica central de Lênine: "Que fazer?"

A política da produção

A questão fundamental levantada por Wolpe sobre a relação dos intelectuais com movimentos de libertação marxistas é uma questão de poder, não de teleologia. Em princípio, pode-se ver que as estratégias socialistas se devem basear no entendimento do que é, mas, na prática, a história do socialismo está pejada de supressões de verdades inconvenientes, mesmo com a detenção ou execução dos que as dizem. Será que o entrelaçamento com o poder compromete necessariamente a integridade da investigação?

A questão foi levantada no CEA nos anos oitenta pelo falecido Christian Geffray (1988), um antropólogo que trabalhou em Moçambique e que estava familiarizado com o trabalho do CEA.³⁶ Embora o seu artigo contenha alguns erros factuais, é uma reflexão cuidada sobre os problemas da investigação social aplicada num contexto em que a crítica não tem raízes na oposição política. Geffray reconhece o rigor e o valor científico que a direcção de Ruth assegurou à pesquisa do CEA, mas critica o nosso trabalho nas zonas rurais pelo seu enfoque nas trocas comercializadas, na exploração, acumulação e classes rurais, que impediam o reconhecimento analítico de realidades que não se encaixavam no quadro da transição socialista e da aliança operário-camponesa. Na verdade, argumenta Geffray (1988:74), foi a subordinação da definição do objecto da investigação às prioridades definidas pela linha política do Partido que legitimou a investigação do CEA. A influência do CEA não derivou das ligações que Ruth First e Aquino de Bragança tinham com membros do Bureau Político da FRELIMO, mas do apoio que a investigação dava ao discurso do poder e à credibilidade científica (Geffray: 1988: 85).

36 Não havia nenhum departamento de antropologia em funcionamento nessa altura, mas estava em curso alguma investigação de terreno nos campos da etnografia e da arqueologia. Geffray voltou mais tarde para trilhar novos caminhos na investigação (a pedido do governo da FRELIMO), sobre as razões da expansão da RENAMO na província de Nampula (Geffray 1990).

Geffray é generoso na sua apreciação da qualidade da nossa investigação sobre Moçambique, mas importa lembrar como ela estava organizada para considerar tanto os seus aspectos positivos como as suas limitações. Houve sempre dois objectivos: ensinar os estudantes a praticar e a avaliar a investigação no cumprimento do seu trabalho normal; e produzir relatórios de investigação temáticos para informar debates sobre estratégias de transformação socialista (e havia debate, tanto dentro como fora do partido Frelimo). A participação num projecto de investigação era uma componente obrigatória do Curso de Desenvolvimento do CEA, criado para prestar formação em investigação ao nível do ensino terciário, para estudantes trabalhadores de uma vasta gama de instituições do partido e do Estado, a maior parte dos quais tinha frequentado o ensino secundário e talvez alguma formação técnica, mas não tinha frequentado a universidade. O objectivo não era fazer dos estudantes investigadores profissionais, mas dar-lhes uma atitude mental investigativa, para apresentar as revoluções como processos constituídos por experiências reais de pessoas reais, e de lhes facultar uma compreensão analítica abrangente da sociedade moçambicana no âmbito da África Austral, de África e do capitalismo. Os instrutores do Curso de Desenvolvimento eram marxistas de várias orientações e formação disciplinar.

Como sugere Geffray, realizámos a maior parte dos nossos projectos a pedido de vários departamentos de instituições do Governo e, em todos os casos, tivemos de obter a aprovação dos respectivos governadores provinciais para realizar o trabalho de campo. Sempre negociámos os tópicos, porém, e, nalguns casos, recusámos propostas específicas. Estas negociações baseavam-se em seminários no próprio CEA, os quais envolviam simultaneamente investigação de contexto e debate teórico, embora a teoria não aparecesse assim nos relatórios. Para dar um exemplo, a nossa investigação sobre o processo laboral no porto de Maputo em 1981, inicialmente, partiu de um pedido para estudarmos as dificuldades enfrentadas pelo porto para assegurar o fornecimento regular de mão-de-obra das zonas rurais e das cercanias de Maputo. A nossa contraproposta foi baseada: na elaboração das nossas leituras sobre as mudanças na organização do trabalho portuário na África Austral e outras regiões; em leituras teóricas sobre Taylorismo e “emulação socialista”; discussões com Robert Linhart (1976) a quem Ruth e Aquino haviam convidado para ir ao CEA, e pelas nossas entrevistas preliminares com trabalhadores do porto que indicavam que, por alturas de 1981, a maior parte deles vivia em áreas urbanas ou suburbanas e que, as razões para a falta de mão-de-obra no porto tinham pouco a ver com os requisitos sazonais da produção camponesa.

Os estudantes seguiram os passos preparatórios de um processo prático de investigação: negociar o enfoque com a instituição promotora da investigação, recolher informação preliminar, redigir uma proposta de investigação,

decidir onde seriam colocados os pequenos grupos de investigação de 5-6 pessoas (chamados de “brigadas” na linguagem de então), realizar a pesquisa de campo, discutir os resultados, elaborar os relatórios preliminares. O pessoal do CEA, porém, escrevia as propostas de investigação reais e os relatórios finais. A pesquisa de campo durava apenas um mês, o tempo total que podíamos esperar que os empregadores dispensassem aos estudantes, fora das suas actividades laborais. Os relatórios eram rápida e colectivamente redigidos. Ruth geralmente editava o último esboço e Aquino verificava as versões finais. Ambos, antigos jornalistas, prestavam atenção à clareza e objectividade da linguagem. Todos os relatórios eram publicados em português pelo CEA, mimeografados, alguns com distribuição limitada. A teoria informava a nossa pesquisa e a escrita desses relatórios, mas não havia discussões teóricas explícitas no texto. Os relatórios focavam-se em questões práticas e em alcançar audiências que não tinham muito tempo a gastar em leituras.

Toda a investigação se foca em alguns tópicos e exclui outros. Geffray tem razão ao dizer que a nossa investigação partilhava o discurso do poder. Num sentido geral, o tópico de todos os projectos de investigação do Curso de Desenvolvimento (não em toda a investigação do CEA) era a “socialização da produção”. De facto, os nossos relatórios focavam principalmente a produção, o consumo e a troca. Algumas das razões para esse enfoque, na nossa investigação rural, eram simplesmente práticas - um mês com investigadores aprendizes a falarem muitas línguas moçambicanas diferentes em que, frequentemente, nenhuma era a da área onde a pesquisa tinha lugar, não é a melhor maneira de captar as subtilezas das representações da política, da religião e da cultura, particularmente num contexto de contestação. Didacticamente, queríamos passar para os estudantes alguns pontos básicos: que entender as cooperativas e as machambas estatais num contexto de transformação socialista significava localizá-las naquele âmbito, mas nas vidas das populações rurais que eles pretendiam atingir; que os pequenos camponeses em Moçambique não eram produtores de subsistência mas pessoas cujos meios de subsistência estavam sistematicamente relacionados com os mercados; que uma investigação politicamente relevante consistia em prestar atenção e observar, não em dizer às pessoas o que tinham de fazer; e, finalmente, que essa investigação fosse dirigida a questões reais e, portanto, deveria ser organizada para explorar contra-explicações e definições alternativas dos problemas encontrados.

O nosso enfoque na produção, porém, não era apenas uma questão de conveniência prática; era informada teoricamente por suposições da teoria marxista. Presumíamos que a revolução socialista significava uma mudança fundamental nas relações de classe e nas formas como a produção era organizada. Pensávamos que a socialização do campo seria um processo longo, que não seria alcançada facilmente, num instante, pela construção de novas

formas de viver - as aldeias comunais - e de trabalhar - as machambas estatais e as cooperativas, mesmo que essas não fossem imitações das fórmulas dos modelos soviéticos ou chineses. Este processo era o enfoque real da nossa investigação rural e a área onde tentámos contribuir para uma reflexão crítica dentro da própria FRELIMO. Foi-me salutar ler as observações de Geffray sobre a influência do CEA; na altura, parecia que o que estávamos a receber era principalmente uma crítica. Talvez a nossa grande contribuição tenha sido manter o debate.

As questões de autocensura levantadas por Wolpe (1985) também são relevantes para qualquer reflexão sobre as políticas de investigação do CEA. O nosso trabalho de campo deu-nos informação sobre, por exemplo, a diferenciação interna do campesinato. Ao escrever os relatórios da pesquisa, éramos quase tão cuidadosos sobre o tópico como éramos com as nossas descrições das instituições políticas e religiosas. Nem todos os investigadores ligados ao CEA concordavam com esta reticência (cf. Jelle van den Berg, 1987). A nossa precaução estava relacionada com os receios de Ruth sobre como a nossa informação poderia vir a ser usada nas lutas intestinas da FRELIMO sobre o que devia ser feito nas zonas rurais. Por vezes, as colectivizações forçadas descritas em *Quiet Flows the Don* de Sholokov não pareciam tão distantes.

Os movimentos antiglobalização contemporâneos estão mais preocupados com a política da diferença do que com a política da produção. A linguagem da análise de classe foi afastada pela linguagem dos direitos humanos e os direitos são normalmente concebidos a nível individual em vez de colectivos. Ainda assim, as questões colocadas aos investigadores do CEA em Moçambique mantêm-se: nós sabemos contra o que lutamos, mas porque estamos a lutar e como nos propomos chegar lá? A resposta de Ruth First a esta questão, "Focar a transformação da produção", provém da teoria e prática marxistas, mas não envolvia receitas genéricas para a socialização da produção ou para suspender a lógica dos mercados.

No entanto, este enfoque trouxe alguns pontos de partida e aspectos preocupantes de relevância continuada para os movimentos sociais de hoje.

Portanto, qual é a resposta à pergunta "Porque estava Ruth First em Moçambique?" Ela estava em Moçambique porque era uma revolucionária e viu uma oportunidade de contribuir para um processo revolucionário num lugar que também fosse a sua casa - a África Austral. O optimismo revolucionário escorrega facilmente para o milenarismo teleológico, mas Ruth First sempre reconheceu que possibilidade de revolução não é o mesmo que certeza de revolução. Ela também sabia, porém, que aprendemos ao documentarmos, ao analisarmos criticamente e ao discutir as tentativas de mudança do mundo.

Referências bibliográficas

- Coelho, João Paulo Borges. 2008. "Memories of Ruth First in Mozambique". *Review of African Political Economy* 35(117): 500-7.
- Cooper, Frederick. 2009. "Alternatives to Empire: France and Africa after World War II", in Douglas Howland and Louise S. White, eds. *The State of Sovereignty: Territories, Laws, Populations*, pp. 94-123. Bloomington: Indiana University Press.
- Darnton, Robert. 1989. "What Was Revolutionary about the French Revolution?". *The New York Review of Books*, 35(21&22).
- de Bragança, Aquino and Jacques Depelchin. 1986. "From the Idealization of FRELIMO to the Understanding of the Recent History of Mozambique". *African Journal of Political Economy* 1(1): 162-80.
- de Sousa Santos, Boaventura. 2012. "Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul", in Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho e Amélia Neves de Souto, eds. *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, pp. 13-61. Dakar: CODESRIA.
- First, Ruth (R.F.). 1980. "Editorial: Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório", *Estudos Moçambicanos*, (1): 2-8.
- Geffray, Christian. 1988. "Fragments d'un discours du pouvoir (1975- 1985): du bon usage d'une m'connaissance scientifique". *Politique Africaine* 29: 71-86.
- Geffray, Christian. 1990. *La cause des armes au Mozambique*. Paris: CREDU- Karthala Editions.
- Harlow, Barbara. 2002. "Looked Class, Talked Red: Sketches of Ruth First and Red-lined Africa". *Meridians* 3(1): 226-51. Harlow, Barbara. 2004. "Red lines and green books: Ruth First in Libya". *Current Writing: Text and Reception in Southern Africa* 16(1): 15-32.
- Harlow, Barbara. 2011. "Public Spheres, Personal Papers, Pedagogical Practices: Ruth First's Academic Postings to/from Dar es Salaam and Maputo". *Africa Development* 35(4): 47-67.
- Linhart, Robert. 1976. *Lénine, les paysans, Taylor: essai d'analyse matérialiste historique de la naissance du système productif soviétique*. Paris: L'Éditions du Seuil.
- Mamdani, Mahmood. 1992. "Research and transformation: reflections on a visit to South Africa". *Economic and Political Weekly*, 27(20/21): 1055-62.
- O'Laughlin, Bridget. 2014. "Ruth First: A Revolutionary Life in Revolutionary Times". *Review of African Political Economy* 41(139): 44-59.

- O’Laughlin, Bridget. 2013. “The Legacy of Ruth First in Development Studies: Critical Thinking in Revolutionary Politics”. *Development and Change* 44(3): 739- 751.
- Saul, John. (ed.) 1985. *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. New York: Monthly Review Press.
- van den Berg, Jelle. 1987. “A Peasant Form of Production: Wage- Dependent Agriculture in Southern Mozambique”. *Canadian Journal of African Studies* 21(3): 375-89.
- Wolpe, Harold. 1985. “The Liberation Struggle and Research”. *Review of African Political Economy* 12(32): 72-78.

Apêndice: Projectos de investigação integrados no curso de desenvolvimento

- 1979: Relações entre machambas estatais, cooperativas e agricultura familiar na região do Baixo Limpopo, Província de Gaza.
- 1979: A transformação da produção de algodão na Província de Nampula.
- 1980: Produção alimentar e culturas de exportação numa economia regional: algodão e chá em Lugela, Província da Zambézia.
- 1980: A transformação da administração local em Lugela, Província da Zambézia.
- 1981: Plantações de chá, reservas de mão-de-obra e culturas de rendimento na Alta Zambézia.
- 1981: Processo laboral, produtividade e estabilização da força de trabalho no Porto de Maputo.
- 1982: Diferenciação de camponeses e desenvolvimento das cooperativas no Distrito da Angónia, Província de Tete.
- 1982: Produtividade, processo de trabalho e recrutamento de mão- de-obra no sector estatal: o Complexo Agro Industrial da Angónia.
- 1983: Circuitos comerciais rurais em Marracuene, Província de Maputo.